



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Pedro Vilela

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Deputado Pedro Vilela)

*Requer a realização de Audiência
Pública para instruir o debate sobre a competitividade da
energia para a indústria.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, incisos III e V da Constituição Federal, c/c o arts. 24, incisos IV e VII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvida a Comissão, sejam convidados o professor Fernando Garcia, da FIPE-FGV, o Presidente Executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), senhor Marco Polo de Mello Lopes, o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), senhor Fernando Figueiredo, e um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que estes, em audiência pública, prestem informações visando instruir as discussões, no âmbito da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, no dia 18 de novembro de 2015, sobre o impacto da competitividade da energia para a indústria e a contribuição do setor para a economia nacional.

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2015.

PEDRO VILELA
DEPUTADO FEDERAL
PSDB - ALAGOAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pedro Vilela

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrentou nos últimos anos um encarecimento da energia e do gás natural para a indústria, duas importantes fontes de energia utilizadas na produção e no consumo final das famílias.

Ao mesmo tempo a indústria brasileira teve que competir internacionalmente com a tendência de queda dos preços das manufaturas, principalmente em razão do avanço da produção chinesa. O resultado – queda de preços e aumento de custos, o que reduziu as margens e diminui os investimentos. O reflexo dessa equação foi sentido negativamente no crescimento do PIB no últimos 5 anos.

As elevações dos custos da energia para a indústria acarretam perda de bem-estar para as famílias brasileiras. Um estudo desenvolvido pelo Prof. Fernando Garcia– (Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. Ex-professor da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas) em parceria com a Abrace – Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres - demonstra que o consumo do insumo nas residências corresponde apenas a uma pequena parte do total utilizado, porque energia e gás natural também são consumidos indiretamente, incorporados na produção das mercadorias e serviços que compõe a sua conta de consumo. Em média, a população brasileira consome duas vezes mais eletricidade por meio de produtos e serviços do que diretamente, em suas residências. No caso do gás natural, a proporção é ainda mais significativa: o consumo indireto por meio de produtos e serviços é quase sete vezes maior do que o uso doméstico.

A pesquisa demonstrou ainda que o custo da energia elétrica representa, em média, 20,8% dos custos de construção de um imóvel. É que, embora o gasto direto de energia na construção civil seja relativamente baixo, de apenas 0,45% em média, o setor utiliza diversas matérias-primas cuja produção é energointensiva, como aço, o cimento e o vidro, e, para cada unidade de energia elétrica consumida nos canteiros de obra, há o consumo de 46,7 unidades na fabricação dos materiais de construção.

O estudo analisa o processo de perda da competitividade da indústria em decorrência do aumento do preço da energia elétrica e do gás natural e seus impactos para a economia brasileira e também demonstra como esse processo pode ser revertido com a disponibilidade desses insumos em condições competitivas para a indústria.

PEDRO VILELA
DEPUTADO FEDERAL
PSDB - ALAGOAS